



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0328470-6

EMBARGANTE: CONDOMÍNIO PRO INDIVISO DO SHOPPING RECIFE E OUTROS

EMBARGADO: KOALA INFANTO COMÉRCIO DE VESTUÁRIO LTDA - EPP

RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DESNECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. À luz do disposto no art. 535 do CPC, embargos declaratórios são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, erro meramente material, ou quando for omitido ponto sobre o qual se devia pronunciar o juiz ou tribunal.
2. Na hipótese dos autos, o acórdão não padece de omissão com relação à ausência na fundamentação do *decisum*, de forma expressa, do rito processual a ser utilizado, a teor do acórdão embargado.
3. Tal alegação cai por terra a partir da simples análise dos fundamentos do voto do relator, *in verbis*: "(...) Diversamente ao que pretendem os agravantes, os atos da ação renovatória se orientam, em primeiro plano, por um procedimento especial, segundo disposições dos arts. 71 a 75 da lei especial em comento, não havendo ali registro expresso que obrigue o processo desenvolver-se consoante os ditames do rito ordinário, tal como se vê nas ações de despejo (art. 59). (...) De efeito, o amparo do procedimento comum ordinário na ação renovatória até é possível, mas de forma subsidiária, nas situações em que a lei especial é omissa e, em virtude de não preencher os requisitos legais do art. 51, por exemplo, não restar alternativa ao demandante a não ser deduzir a sua pretensão sob esse rito. (...) Contrariamente ao alegado pelos agravantes, nenhum óbice se impõe a aplicação da regra do art. 68, II, alínea b, da Lei do Inquilinato no caso concreto, sendo, por esse viés, inconcebível desprezar o pedido revisional de aluguel (...)".
4. Não obstante o prequestionamento seja necessário como condição de admissibilidade dos recursos no STF e STJ e, assim, assegurar o princípio constitucional do duplo grau de jurisdição, isso não implica dizer que o órgão julgador do tribunal inferior tenha que fazer expressa alusão a todos os artigos de lei levantados pelas partes, sobretudo quando motiva a decisão e se convence da solução do litígio a partir de outros fundamentos.
5. Mesmo assim, o artigo 292 do CPC apresentado para prequestionamento foi contemplado na decisão ao menos de modo contextualizado e implícito. Admite, pois, o STJ a forma de prequestionamento implícito, o que dispensa, na espécie, expressa alusão ao dispositivo legal em comento.
6. Declaratórios conhecidos e improvidos.
7. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO** - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram como partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 01 de julho de 2014, à unanimidade de votos, para conhecer e rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator Substituto.

Recife, 01 de julho de 2014. (data da lavratura).

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



**1ª CÂMARA CÍVEL**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0328470-6**

**EMBARGANTE: CONDOMÍNIO PRO INDIVISO DO SHOPPING RECIFE E OUTROS**

**EMBARGADO: KOALA INFANTO COMÉRCIO DE VESTUÁRIO LTDA - EPP**

**RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA**

**RELATÓRIO/VOTO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo **CONDOMÍNIO PRO INDIVISO DO SHOPPING RECIFE E OUTROS** em face do acórdão de fls. 431 que, à unanimidade de votos, negou provimento ao agravo em agravo de instrumento, mantendo incólume a decisão monocrática da lavra desta relatoria no sentido de negar seguimento ao recurso instrumental.

Nas razões recursais (fls.443/444), os embargantes alegam que, embora o acórdão atacado tenha adotado como rito processual o da Lei nº. 8.245/91, tal procedimento não restou expressamente consignado nos fundamentos da referida decisão.

Ao final, pugna pelo acolhimento dos declaratórios, a fim de que se proceda ao prequestionamento do artigo 292 do Código de Processo Civil.

**É o sucinto o relatório. Passo ao voto:**

Cuida-se de Embargos Declaratórios em ataque ao acórdão guerreado (fl.431), objetivando, essencialmente, sanar suposta omissão quanto à falta de menção expressa nos fundamentos da decisão do rito processual a ser utilizado da Lei nº 8.245/91, bem como prequestionar o artigo 292 do Diploma Processual Civil.

Em linhas gerais é o caso.

À partida, importante registrar que embargos declaratórios são instrumentos cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, ou quando há erro material ou, ainda, no caso de ser omitido ponto sobre o qual se devia pronunciar o juiz ou tribunal, *ex vi* do art. 535, do Código de Processo Civil.

Esquadrinhando os presentes embargos, verifico que os mesmos não merecem prosperar.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O acórdão não padece de omissão, porquanto da análise dos seus fundamentos resta claro que os procedimentos descritos na Lei nº. 8.245/1991 devem prevalecer sobre aqueles previstos na lei adjetiva civil, em situação de conflito.

Para que não paire dúvida qualquer, convém transcrever trecho da redação do voto desta relatoria, *ipsis litteris*:

"(...)

*Nessa senda, cumpre anotar que os procedimentos descritos na Lei 8.245/91 (norma especial) devem prevalecer sobre aqueles previstos na lei instrumental civil, em caso de conflito.*

*Na espécie, a cumulação das ações renovatória e revisional de aluguel é perfeitamente possível e a marcha processual a ser utilizada deve seguir a disciplina constante na Lei do Inquilinato.*

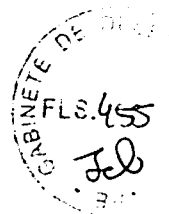
*Diversamente ao que pretendem os agravantes, os atos da ação renovatória se orientam, em primeiro plano, por um procedimento especial, segundo disposições dos arts. 71 a 75 da lei especial em comento, não havendo ali registro expresso que obrigue o processo desenvolver-se consoante os ditames do rito ordinário, tal como se vê nas ações de despejo (art. 59).*

*Confira, mutantis mutandis, o precedente abaixo:*

*PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA - RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO NÃO COMERCIAL - PRAZO INFERIOR AO MÍNIMO PREVISTO PARA ADOÇÃO DO PROCEDIMENTO PREVISTO NA LEI DO INQUILINATO - UTILIZAÇÃO DO RITO ORDINÁRIO - POSSIBILIDADE. Embora não se olvide que os procedimentos traçados na Lei 8.245/91 (norma especial), devem prevalecer sobre aqueles previstos no diploma instrumental civil, em caso de conflito, noutra viés, nos casos de omissão da lei em evidência, impõe-se aplicar a norma geral (CPC). Nesse passo, não se amoldando a pretensão deduzida em juízo às hipóteses previstas no art. 51 da Lei 8.245/91, forçoso reconhecer que a pretendida prorrogação de contrato de locação deve obedecer aos ditames do procedimento previsto no Digesto Processual*



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



*Civil, e não, na lei especial. (Agravado de Instrumento 1.0024.08.280131-7/001, Relator(a): Des.(a) Tarcisio Martins Costa, 9ª CÂMARA CÍVEL do TJMG, julgamento em 09/08/2011, publicação da súmula em 22/08/2011)*

*De efeito, o amparo do procedimento comum ordinário na ação renovatória até é possível, mas de forma subsidiária, nas situações em que a lei especial é omissa e, em virtude de não preencher os requisitos legais do art. 51, por exemplo, não restar alternativa ao demandante a não ser deduzir a sua pretensão sob esse rito.*

*Contrariamente ao alegado pelos agravantes, nenhum óbice se impõe a aplicação da regra do art. 68, II, alínea b, da Lei do Inquilinato no caso concreto, sendo, por esse viés, inconcebível desprezar o pedido revisional de aluguel.*

(...)"

Com se vê dos fundamentos acima, a crítica feita à decisão ora guerreada nesse sentido não procede.

No tocante ao prequestionamento do artigo 292 do CPC, entendo ser dispensável, tendo em vista que o dispositivo legal em tela, mesmo que de forma implícita, teve o seu conteúdo debatido à medida que se desenvolveu discussão sobre os ritos ordinário e especial e a possibilidade de cumulação das ações renovatória e revisional de aluguel.

Noticie-se, por oportuno, que é entendimento reiterado no Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça de ser dispensável o prequestionamento explícito quando o acórdão da Corte local enfrentou a contento a matéria relativa ao dispositivo constitucional ou legal, ainda que não o tenha mencionado.

Não obstante o prequestionamento seja necessário como condição de admissibilidade dos recursos no STF e STJ e, assim, assegurar o princípio constitucional do duplo grau de jurisdição, isso não implica dizer que o julgador do tribunal inferior tenha que fazer expressa alusão a todos os artigos de lei levantados pelas partes, sobretudo quando motiva a decisão e se convence da solução do litígio a partir de outros fundamentos.

De efeito, entendo que no caso concreto o artigo apresentado para prequestionamento foi contemplado de modo contextualizado e implícito, o que, a meu sentir, dispensa comentário expresso.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Nesse viés, seguem precedentes do STJ:

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PROPÓSITO INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DIÁRIA. ASTREINTES. VALOR. EXCESSO. RAZOABILIDADE. PROPORCIONALIDADE. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. ADMISSÃO. [...] II. Admite-se o prequestionamento implícito, configurado quando a tese jurídica defendida pela parte é debatida no acórdão recorrido. III. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, sendo negado provimento a este. (AgRg no REsp 1041518/DF, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2011, DJe 25/03/2011)**

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 126 DO STJ. NÃO INCIDÊNCIA. I - A jurisprudência desta Corte tem admitido o prequestionamento implícito, de forma que, apesar dos dispositivos tidos por violados não constarem do acórdão recorrido, se a matéria controvertida foi debatida e apreciada no Tribunal de origem à luz da legislação federal pertinente, tem-se como preenchido o requisito da admissibilidade. II - Não estando o acórdão recorrido assentado em fundamento constitucional, não há que se falar em incidência da Súmula 126 do STJ. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg nos EDcl no REsp 678.851/RS, Rel. Ministro PAULO FURTADO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/BA), TERCEIRA TURMA, julgado em 03/11/2009, DJe 19/11/2009)**

Nesse sentido, ainda, reproduzo trechos de julgado do STJ:

**“A ausência de prequestionamento explícito (ou numerário) não prejudica o exame do recurso especial quando a Corte de origem houver emitido, ainda que implicitamente, juízo de valor acerca da matéria sub judice”. (REsp 946.015/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2008, DJe 23/06/2008)**

E mais, registre-se o teor do informativo também do STJ a seguir:

**Informativo n.º 044  
Período de 13 a 17 de dezembro de 1999.**



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**



**RESP. PREQUESTIONAMENTO**

*A Corte Especial, por unanimidade, decidiu que não há necessidade de menção explícita, no acórdão recorrido, do dispositivo legal dito violado, bastando ter sido debatida a questão jurídica para que seja atendido o requisito do prequestionamento. Precedentes citados: REsp 144.844-RS, DJ 18/10/1999; REsp 155.321-SP, DJ 4/10/1999, e REsp 153.983-SC, DJ 14/12/1998. EREsp 166.147-SP, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, julgado em 15/12/1999.*

Admite-se, assim, o prequestionamento implícito, sendo prescindível na espécie fazer expressa ao dispositivo legal invocado.

A hipótese é de rejeição dos aclaratórios.

Com essas considerações, voto no sentido de conhecer, porém rejeitar os presentes embargos.

É como voto.

Recife, 01 de julho de 2014.

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena  
Relator